

UM ESTUDO FENOMENOLÓGICO SOBRE A CRIANÇA ADOTADA TARDIAMENTE E SEUS PRIMEIROS CONTATOS COM A ESCOLA

Giselle Cristina de Souza Dutra¹ - PPGEMPE/UFES

Vitor Gomes² - Universidade Federal do Espírito Santo -PPGEMPE/UFES

Eixo Temático 1: Do Direito à Educação: Políticas de Acesso, Permanência e Qualidade Social

RESUMO

Trata-se de uma pesquisa de Mestrado Profissional em Educação. Seu objetivo é descrever/evidenciar/desvelar “o que é” e “como é” a chegada do jovem adotado tardiamente na escola. Como justificativa apresenta que diante de nossa experiência pessoal e dos relatos que acessamos, faz-se urgente e necessário conduzir a temática da adoção para a pauta das formações docentes e, dessa forma, auxiliá-los na compreensão e potencialização do aluno adotado tardiamente na construção de sua identidade e do pertencimento, sob a luz da reflexão acerca de inclusão e diversidade, garantindo-lhe o direito de acesso e permanência com qualidade social. Nossa questão de pesquisa consiste em responder a seguinte interrogação: como se dão as (inter)relações iniciais entre a escola e o jovem adotado tardiamente? Em termos metodológicos fará uso do método fenomenológico de pesquisa. Como fundamentação teórica se baseia-se nos conceitos de Yolanda Cintrão Forghieri de envolvimento existencial e o distanciamento reflexivo e do conceito de adoção tardia de Marлизete Maldonado Vargas. Outras pesquisas favorecem a compreensão do universo da adoção tardia, uma vez que o tema conta com produções acadêmicas mais recentes, como Pauli (2009), Castro (2011) e Souza (2016). A pesquisa fenomenológica ocupa-se do processo de descrição do fenômeno para compreendê-lo, portanto, ela se encontra ainda em fase de exploração desse fenômeno por meio do registro dos relatos dos sujeitos da pesquisa: uma família, constituída pela adoção, em 2019, cujos filhos, de 7 e 8 anos, foram inseridos em uma nova escola. Busca-se, neste momento, colocar o fenômeno estudado em suspensão para elucidá-lo em sua essência e, assim, favorecer a compreensão de todos os processos que envolvem a chegada de uma criança adotada tardiamente no seio de uma família e numa nova escola.

PALAVRAS-CHAVE: Adoção; Escola; Inclusão; Fenomenologia.

¹ Graduada em Geografia, Especialista em Docência do Ensino Superior, Mestranda em Educação, da Universidade Federal do Espírito Santo, professora e coordenadora do Curso de Pedagogia da Faculdade Doctum de Vitória - E-mail: giselle.geografia@gmail.com

² Fenomenólogo, Pedagogo e Doutor em educação pelo PPGE/UFES. É professor da Universidade Federal do Espírito Santo. Sobre o viés da fenomenologia, seus estudos e produções teóricas se concentram sobre os seguintes temas: Educação Especial, Superdotação, Resiliência Psicológica, inclusão e outros.

1 INTRODUÇÃO

Perceber o mundo para além de si, andar sozinho, conseguir se alimentar minimamente, caracteriza o ser humano como criança; diferente da fase de total dependência do adulto. A criança, acima de dois anos de idade, não é mais um bebê. Assim, Vargas (1998) e Weber (1998) chamam de adoção tardia, o processo de adoção de crianças a partir dessa idade.

Para Schettini (1999), a adoção perpassa pela aceitação incondicional das peculiaridades do outro. Portanto, pais e filhos, durante o processo de adoção, precisam exercer, não apenas a disposição de investir na relação, mas resiliência ao esforçar-se para se adaptar um ao outro.

Vivência de abandono, passagem da família biológica para o abrigo, institucionalização, vínculos estabelecidos nas instituições de acolhimento, chegada na família adotiva, adaptação à nova vida: essa é a síntese dos processos que envolvem uma criança ou adolescente adotados. A escola faz parte dos elementos que compõem a nova vida do adotado tardiamente. Assim, além de lidar com as questões relacionadas a rotina da nova família e as questões subjetivas da construção do vínculo, terá que lidar com uma nova escola e sua rotina.

Entretanto, é comum que a instituição de acolhimento não possua estrutura de apoio escolar. De modo geral, enquanto institucionalizadas, as crianças de 3 à 5 anos tem baixa frequência na Educação Infantil, e as crianças acima de 6 anos pouco ou nenhum suporte durante o Ensino Fundamental. Portanto, as crianças e adolescentes adotados tardiamente chegam em uma nova família com déficit de aprendizagem, seja pela ausência de estímulo, seja pela ausência de conhecimentos básicos da educação sistematizada, seja pela própria defasagem idade-série.

Pontes e outros (2008) entendem que compreender esse imaginário social sobre a criança adotada pode “fornecer subsídios na busca coletiva de soluções psicossociais”, diminuindo situações de exclusão sutis e/ou insidiosas.

Acreditamos que a investigação sobre o imaginário coletivo pode contribuir para transformações no sentido da superação de preconceitos e da conquista coletiva de uma sensibilidade emocional eticamente amadurecida, a partir da ruptura dos campos emocionais

inconscientes que sustentam pensamentos e práticas; ou seja, entendemos que mudanças verdadeiras dependem não apenas de informação e esclarecimento, mas também de atenção psicológica clínica, em vertentes preventivas e interventivas, capazes de lidar com temores e angústias coletivos subjacentes. (Pontes et all, 2008, p. 496)

Os autores sinalizam ainda que, no imaginário do professor, sobre a criança adotiva, surge a associação de dois campos psicológicos não-conscientes, o abandono infantil e a infertilidade dos pais, os quais se articulam e dão origem ao campo mais abrangente da exclusão radical da personalidade originária da criança adotada. Fica de lado a percepção dessa criança ou adolescente, sujeito de direitos, com história de vida, fragilidades e potencialidades muito próprias, que está buscando se adaptar a uma nova realidade e precisa de aporte. São inúmeros, para não dizer unânimes, os relatos acerca das dificuldades que os pais dos adotados tardiamente enfrentam nas escolas, ouvidos nos grupos de apoio à adoção. Fica evidente, nesses relatos, o despreparo dos docentes que desconhecem totalmente essa realidade.

Neste sentido, nossa questão de pesquisa consiste em responder a seguinte interrogação: como se dão as (inter)relações iniciais entre a escola e o jovem adotado tardiamente?

1.1 OBJETIVOS

O objetivo desta pesquisa é descrever/evidenciar/desvelar “o que é” e “como é” a chegada do jovem adotado tardiamente na escola.

Para tanto, pretendemos:

Evidenciar narrativas das mães das crianças adotadas tardiamente e dos professores que acompanharam seus primeiros contatos com a escola.

Como produto, a partir da pesquisa, construir videoaulas a serem postadas no canal do Grupo de Pesquisa em Fenomenologia da educação, da Universidade Federal do Espírito Santo, com as temáticas da adoção tardia, inclusão e fenomenologia.

1.2 JUSTIFICATIVA

Diante da nossa experiência pessoal³ e dos relatos que acessamos, faz-se urgente e necessário conduzir a temática da adoção para a pauta das formações docentes e, dessa forma, auxiliá-los na compreensão e

³ Como mãe que adotou tardiamente.

potencialização do aluno adotado tardiamente na construção de sua identidade e do pertencimento, sob a luz da reflexão acerca de inclusão e diversidade. A partir da Fenomenologia, numa perspectiva eidética, cujo objetivo é apresentar a experiência vivenciada, este estudo pretende desvelar o fenômeno do contato da criança adotada tardiamente com a escola, por meio das narrativas de famílias que estão no período de pós adoção de seus filhos de 7 e 9 anos. Apresentando as especificidades dessa criança ou adolescente em imbricação com a escola. Desta forma, enseja desvelar “o que é” e “como é ser/sendo” jovem adotado tardiamente dentro da instituição escolar, numa eidética de sentidos, que apresenta o indivíduo a partir de sua dimensão existencial de entrelaçamentos vivenciais com outros/outros (GOMES, 2015).

2 A CONSTRUÇÃO DO PERCURSO METODOLÓGICO

Conforme expusemos, para que possamos descrever o fenômeno observado, faz-se necessário apresentar o percurso metodológico a partir da compreensão do que é a Fenomenologia e que elementos compõem a estrutura metodológica deste estudo. Neste capítulo, apresentaremos seus fundamentos conceituais e instrumentos utilizados para delinear a pesquisa.

2.1 A FENOMENOLOGIA EM CONTEXTUALIZAÇÃO COM NOSSO ESTUDO

A Fenomenologia, definida como ciência das essências e/ou estudo dos fenômenos, é um método científico (derivado de escola filosófica) cujo intuito é a realização de imersão compreensiva para alcançar a essência do que investiga. E aqui cabe as devidas “aspas” para o entendimento que essência, numa dimensão existencialista pós-segunda guerra, trata-se daquilo que é percebido na existência por meio dos sentidos (MERLEAU-PONTY, 2011).

Segundo Bicudo apud Gomes (2004, p.57):

A Fenomenologia é vista, conforme Husserl, como a descrição exaustiva do fenômeno e dos invariantes detectados nas diferentes descrições para que, por meio da inteligência e da reflexão, possa o pesquisador ser conduzido à essência do fenômeno.

Uma vez que toda consciência é consciência de algo (MERLEAU-PONTY, 2011), para desvelar um fenômeno é necessário compreendê-lo como parte de uma totalidade impregnado de intencionalidade. Ou seja: o **ato** (grifo nosso) de atribuir sentido às coisas. De acordo com Forghieri (1993), a intencionalidade

unifica consciência e objeto, sujeito e mundo. Desta forma, diante do fenômeno, o pesquisador deverá assumir atitudes não-diretivas, de forma a observar, perceber, vivenciar o fenômeno tal como ele se apresenta diante de nossa percepção. Trata-se de descrever sem intervir, com intuito de compreendê-lo.

A postura do pesquisador envolve duas atitudes que se tratam do Envolvimento Existencial (EE), quando este deve se despir ao máximo de suas ideias pré-concebidas e “abrir-se a vivência e nela penetrar de modo espontâneo e experimental”. Ou seja: se trata da imersão nas vivências, em qual, investimos na suspensão de nossos apriorismos diante ao que observamos.

Quanto o Distanciamento Reflexivo (DR), trata-se de um distanciamento do fenômeno para “refletir sobre essa sua compreensão e tentar captar e enunciar, descritivamente, o seu sentido ou o significado daquela vivência em seu existir”, sem perder a conexão com o fenômeno em estudo (FORGHIERI,1993).

De acordo com a autora, EE e DR são atitudes interrelacionadas e com momentos de alternância, sendo produzidas com o intuito de proporcionar a descrição satisfatória do observado, que por princípio será sempre inconclusa e contextualizada, já que, que toda compreensão se dá a partir de um recorte de espaço e tempo.

E por que utilizar o método fenomenológico em nosso estudo?

Vivo a adoção tardia na carne. Sou mãe por adoção a partir de um encontro que se deu quando minha filha tinha 10 anos de idade e meu filho 3 anos. Chegaram juntos. O processo de adaptação aconteceu a partir de um movimento de total disponibilidade de nossa família em acolher a história dos filhos que acabávamos de receber.

Entre os diferentes contextos que foram se reorganizando com a chegada desses filhos, a escola evidenciou a importância de considerar um olhar cuidadoso em relação a todos esses novos ambientes os quais eles passariam a circular, a viver e a conviver, agora, como filhos de uma nova família. E, na escola, se colocou diante de nós, o desafio de inseri-los numa rotina de acompanhamento diferente da que eles tinham no acolhimento institucional e a

(res)significação das atividades escolares que abordavam a família. Ocorre aí o fenômeno da chegada da criança adotada tardiamente, na escola.

Compreendo que o método fenomenológico, por sua perspectiva humanista e qualitativa, será potencializador de maior imersão acerca de nosso fenômeno estudado: a chegada, na escola, do jovem adotado tardiamente, sobretudo, porque particularmente estou envolvida por ele e, ao mesmo tempo, de compreensão da necessidade de minha suspensão, ainda que parcial, diante de um tema tão presente em minha vida.

Conforme Gomes (p. 59, 2004):

É uma forma de fazer ciência que compreende a humanidade/humanização de uma pesquisa científica, estando ela também influenciada pela formação ideológica do pesquisador, apesar de visar à essência dos fenômenos, para o qual busca a *époché* (afastamento).

Na busca por compreender as questões relativas à adoção tardia, a fenomenologia se faz como amparo teórico e atitudinal, uma vez que a partir dela se compreende que a imparcialidade de uma pesquisa é mito. Neste sentido, falamos do local que habitamos, portanto não numa posição indiferente diante do fenômeno, mas como sujeitos carnis imersos nele.

Assim, acreditamos que a Fenomenologia é uma lente potente pela qual o fenômeno da chegada da criança, adotada tardiamente, na escola pode ser desvelado e enxergado mais de perto favorecendo a reflexão sobre a prática pedagógica inclusiva e seu alcance.

2.2 ASPECTOS GERAIS DA PESQUISA

Refletir sobre “o que é” e “como é” a chegada do jovem adotado tardiamente na escola, significa considerar todos os elementos que compõem esse fenômeno, associar sujeitos e mundos, uma vez que este cenário é composto por diversos atores e contextos.

Os sujeitos dessa pesquisa constituem uma unidade familiar constituída pela via da adoção, especificamente a adoção tardia. A família recebeu seus filhos em 2019, pela via da adoção. As crianças têm 7 e 8 anos de idade e frequentam o Ensino Fundamental. Mesmo se tratando de um grupo de irmãos, cada criança será tratada como caso específico. A busca por esses sujeitos se

deu por meio do Grupo de Apoio à Adoção⁴ Raízes e Asas, do Município de Cariacica, lócus das maiores expressões das questões relacionadas a pós adoção e vida escolar das crianças. A pesquisa se propõe conhecer os sujeitos por meio da voz da mãe que acompanha a vida escolar das crianças e a percepção dos professores no contato com essas crianças.

Em relação aos nossos procedimentos éticos, apresentamos à família e aos professores, os objetivos da pesquisa e os convidamos a se colocarem como colaboradores desse estudo, realizando o registro dessa concordância por meio de documento apropriado. Em seguida, conforme Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, que orienta quanto aos procedimentos éticos de pesquisas que envolvem seres humanos, submetemos a proposta ao Conselho de Ética da Pesquisa (CEP) da Universidade Federal do Espírito Santo. Após a aprovação da proposta, iniciamos a pesquisa.

Para a coleta de dados na perspectiva fenomenológica, os instrumentos comuns a esse tipo de abordagem e que utilizaremos serão: **diário de campo**, para registro das informações e planejamento das ações; **entrevistas** com roteiro flexível e aberto para captar as informações de forma não diretiva e **Versão de sentido (VS)**, ou seja, o registro imediato da percepção do pesquisador após cada experiência de contato com o sujeito e com os espaços da pesquisa.

Em termos de fundamentação teórica, convém evidenciar que as descrições/percepções apreendidas por meio dos instrumentos de pesquisa serão tratadas a partir do movimento que se dá entre **envolvimento existencial** e o **distanciamento reflexivo** (FORGHIERI, 1993). Como mãe que passou pela experiência da adoção tardia, buscarei a suspensão⁵ dos conhecimentos adquiridos sobre a vivência que está sendo desvelada,

⁴ Os Grupos de Apoio à Adoção são formados, na maioria das vezes, por iniciativas de pais adotivos que trabalham, voluntariamente, para a divulgação da Nova Cultura de Adoção, prevenir o abandono, preparar adotantes e acompanhar pais adotivos no pós adoção, auxiliar na reintegração familiar, conscientizar a sociedade sobre a legitimidade da família adotiva e, principalmente, auxiliar na busca ativa de famílias para a adoção de crianças fora do perfil comumente desejado pelos adotantes (crianças de mais idade, com necessidades especiais ou inter-raciais). Fonte:

<https://www.angaad.org.br/portal/o-que-e-um-grupo-de-apoio-a-adocao-gaa/>

⁵ Segundo Maurice Merleau-Ponty, compreendendo sua impossibilidade de suspensão por completa uma vez que sou sujeito carnal (MERLEAU- PONTY, 2011).

buscando penetrar na vivência dos sujeitos da pesquisa e, a partir dela, tentar captar e enunciar, descritivamente, o seu sentido e o seu significado.

O nosso entendimento sobre o termo '**adoção tardia**', ancora-se em Vargas (1998) e Weber (1998) que consideram tardio o processo de adoção de crianças a partir de 2 anos de idade. Trata-se das crianças que foram abandonadas por seus genitores desde o nascimento ou durante a vida, ou retiradas de suas famílias biológicas pelo poder judiciário que os julgou incapazes de prover e cuidar da criança.

Junta-se a esse tempo o período em que as crianças ficam institucionalizadas, esquecidas pelo Estado, em processos de destituição do poder familiar intermináveis. Vargas (1998) acrescenta ainda que, no Brasil, o número de órfãos que vão para a adoção é pequeno, portanto, é importante considerar os desafios de se estabelecer a parentalidade com as novas figuras parentais que se apresentam para a criança considerada velha demais para ser adotada.

3 ADOÇÃO: CONTEXTOS E INTERFACES

Neste capítulo, pretendemos estabelecer alguns parâmetros para a imersão no tema. Inicialmente, apresentaremos um breve histórico da adoção no Brasil, apresentando conceitos, legislação, movimentos e instituições que compõem o cenário da adoção hoje. Em seguida, buscamos discutir alguns pontos que povoam o imaginário coletivo acerca da adoção apresentando contrapontos para que o leitor possa sair do lugar comum que as ideias preconcebidas estabelecem. Por fim, chegamos ao contexto da pesquisa, em andamento, fundamentando a reflexão que está por vir ao desvelar as experiências do jovem adotado tardiamente, ao chegar na escola, após a adoção, discutindo o contexto escolar nessa perspectiva e a subjetividade inclusiva como premissa deste estudo.

Para tratar do tema central da pesquisa – adoção tardia – faz-se necessário estabelecer os devidos esclarecimentos sobre esse termo conforme a literatura científica e não científica, uma vez que o termo é utilizado dentro da cultura da adoção com significado bastante claro.

De acordo com Marques (2011, p. 29), no Brasil, a adoção é vista partir de “posturas caritativas, repressivas, assistencialistas até se chegar propostas de acolhimento e escolhas responsáveis”. Há um amplo movimento ideológico que coloca esse tema no campo de ideias pré-concebidas a partir do senso comum. Neste sentido faz-se necessário alguns esclarecimentos.

Weber (2001) aponta que, no início do século XX, eram praticamente inexistentes as produções jurídicas acerca da adoção e que a primeira lei a tratar do tema, no Brasil, data de 1828. Mais tarde, o Código de Menores, de 1977, previa a possibilidade de retirar o pátrio poder das famílias pobres e encaminhar as crianças à outras famílias, conforme Ayres (2009). Esse movimento se deu devido ao grande número de crianças em orfanatos e internatos, afastadas de suas famílias pobres.

Nas últimas décadas, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECON), Lei 8069/90, elaborado a partir dos avanços trazidos pela Constituição Federal do Brasil, em 1988, e a Convenção Internacional sobre os Direitos das Crianças e Adolescentes⁶, de 1989, representa um marco na história dos direitos da infância. Com o ECON, a adoção é entendida como “medida excepcional e irrevogável” (BRASIL, 1990), a filiação natural e adotiva é equiparada, a criança e ao adolescente são reconhecidos como sujeitos de direitos e fica mais claro o processo de adoção, em comparação com os anos anteriores a essa lei. Quanto ao processo de adoção, um avanço reconhecido pelos movimentos pró-adoção foi a criação de um Cadastro Nacional de pretendentes, com critérios de ordem, habilitação e consulta, mais claros, além do acompanhamento de equipes técnicas para realização de avaliações desses pretendentes.

Em 2006, o Governo Federal lançou o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária⁷, elaborado em conjunto com os poderes e esferas de governo, da

⁶ “É o instrumento de direitos humanos mais aceito na história universal. Foi ratificado por 196 países. Somente os Estados Unidos não ratificaram a Convenção. O Brasil ratificou a Convenção sobre os Direitos da Criança em 24 de setembro de 1990.” Fonte: <https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca>

⁷ Fonte: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Plano_Defesa_CriançasAdolescentes%20.pdf

sociedade civil organizada e de organismos internacionais. Posteriormente, a lei 12.010, de 2009, conhecida como a “Nova Lei de Adoção”⁸ altera alguns dispositivos do Estatuto da Criança e do Adolescente no sentido de ajustar o tempo dos processos de habilitação de adotantes e priorizando as “adoções necessárias”.

Estão presentes no imaginário coletivo, uma gama de ideias preconcebidas acerca da adoção. De modo geral, podemos citar algumas questões como: a desqualificação da família biológica e a institucionalização das crianças e adolescentes (SOUZA, 2016), supremacia dos laços sanguíneos que gera tensão quanto às adoções inter-raciais e o estado de saúde do adotado, a patologização das crianças e sua história de vida, a adoção como solução para crianças e adolescentes que vivem em situação de risco psicossocial (PAULI, 2009) e adoção como caridade (CASTRO, 2011).

Consideramos importante destacar esse movimento de compreensão da lógica da adoção nos dias de hoje e contextualizar algumas ideias e práticas, uma vez que nossa pesquisa parte da perspectiva de que é direito de toda criança e adolescente ter uma família, não importa a configuração. Que, embora um núcleo familiar, também seja composto por fragilidades e tensões, torna-se um lugar preferível ante a instituição de acolhimento.

Daí surge a nossa preocupação em trazer à tona o debate sobre adoção no contexto escolar. Não podemos cair no fatalismo e no determinismo, frutos de uma visão preconceituosa sobre pessoas que passaram por situações de ruptura. É preciso reconhecer os alunos sem generalizações sobre seus sucessos e fracassos. Assim, acreditamos que a escola que consegue enxergar os contextos de seus alunos para desenvolver um trabalho comprometido com a formação integral de um sujeito, torna-se um *lócus* importante no processo de reconstrução das relações e sentidos, para crianças e adolescentes adotados tardiamente, e pode contribuir significativamente e intencionalmente para o seu sucesso.

Pauli (2009, p. 891) afirma que “concepções simplistas de efeitos imutáveis precisam ser deixadas de lado em favor de concepções dinâmicas”. Buscamos

⁸ Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12010.htm

um olhar amplo sobre esse sujeito, mas, ao mesmo tempo, focado na complexidade em que compõem sua existência, suas habilidades e dificuldades. Um sujeito que não está deslocado de seu lugar no mundo, portanto, um ser político que vive sob uma lógica de governo que, em muito, influenciou e influencia os rumos de sua vida, seja pela produção da desigualdade social e da pobreza, seja pela legislação protetiva que alterou seu destino, seja pelas instituições públicas e civis que criaram movimentos que também incidiram sobre a sua trajetória de vida, insistindo na adoção como solução para o problema das crianças e adolescentes à deriva. Então, chegamos a escola.

4 RESULTADOS/DISCUSSÕES

Para atender ao formato do evento, acrescentamos o campo resultados/discussões, entretanto, precisamos ressaltar que a pesquisa fenomenológica está aberta ao fenômeno, ou seja, busca abordar o sentido do fenômeno tal como ele se apresenta à consciência e, desvelando-o, possibilita a compreensão. Segundo Forghieri:

A intencionalidade é, essencialmente, o ato de atribuir um sentido; é ela que unifica a consciência, o objeto, o sujeito e o mundo. Com a intencionalidade há o reconhecimento de que o mundo não é pura exterioridade e o sujeito não é pura interioridade, mas a saída de si para um mundo que tem uma significação para ele (p. 15).

Dessa forma, não há um resultado interventivo planejado e esperado, nem uma hipótese, o sentido do fenômeno vai sendo revelado na descrição da experiência vivida, sentida e partilhada.

Iniciamos o contato com a família composta por pai, mãe e dois filhos, de 7 e 8 anos que estavam no acolhimento institucional por cerca de 5 anos. O contato se deu a partir do Grupo de Apoio à Adoção, no qual sou voluntária à 10 anos. A mãe buscou apoio no grupo no dia em que conheceu seus filhos por meio da Vara da Infância e Juventude da cidade. Estabeleceu-se ali um contato frequente entre a mãe e eu, onde ela relatava cotidianamente a chegada das crianças e o processo de adaptação desde os primeiros dias.

As crianças permaneceram na escola em que estudavam enquanto eram abrigadas e o primeiro contato da mãe com a escola gerou grande constrangimento, pois recebeu informações negativas sobre o comportamento

dos filhos e coube a ela, mãe, informar a escola sobre uma trajetória tentativas frustradas de (re) inserções dessas crianças tanto na família biológica, quanto em famílias substitutas, incluindo uma tentativa, também frustrada, de adoção internacional.

Deu-se, neste momento, um processo ativo e firme da mãe, exigindo posturas de acolhimento da escola em relação aos seus, agora, filhos. Esse processo resultou na transferência das crianças para outra escola e uma verdadeira saga dessa mãe em busca da inclusão dos filhos de forma justa.

Veloso (2015) reconhece que a falta de informações, estudo e reflexão sobre a temática da adoção, pode gerar uma percepção equivocada por parte do professor, norteador suas ações e comprometendo a relação com seu aluno.

Os registros da narrativa dessa mãe, em tempo real, ou seja, a medida que os fatos aconteciam, estão registrados no diário de campo da pesquisa e em arquivos de áudio e texto no whatsapp. A análise dessa narrativa está se dando seguindo os procedimentos de leitura fenomenológica: o Envolvimento Existencial (EE) e o Distanciamento Reflexivo (DR). Essas duas atitudes, alternadas, buscam a descrição satisfatória do fenômeno. Acreditamos que, ao evidenciar essas experiências, a adoção possa ser cada vez mais legitimada socialmente e a escola possa enxergar com mais clareza a complexidade que a compõe, enquanto instituição social.

A adoção tardia, como mais um elemento de discussão sobre inclusão na escola, está relacionada à busca de estratégias ou, pelo menos, um olhar cuidadoso sobre essa criança ou adolescente, recém chegado numa nova família e, possivelmente, numa nova escola. Essa percepção cuidadosa em relação a esse sujeito requer pensar em como a escola pode colaborar para o pleno desenvolvimento de suas potencialidades, respeitando o seu momento e sua história de vida. Por isso, faz-se necessário considerar o imaginário social sobre a criança adotiva; as dúvidas e curiosidades que emergem das pessoas sobre a sua história, envolvem conjecturas sobre as causas do abandono, os motivos para adoção, entre muitos outros dilemas.

REFERÊNCIAS

- ALLOERO, Luisa.; PAVONE, Marisa.; ROSATI, Aura. **A adoção e a escola**. Torino/Itália: ENAPA, 2001.
- BRASIL, LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015. Dispõe sobre a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm >.
Acesso em: 05 out. 2018.
- CASTRO, L.F.R.F. **A trajetória escolar de crianças adotadas: a perspectiva de pais e professores**. 2011. 162p. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2011.
- CRUZ 2018 Adoção de Crianças Maiores e Adolescentes: Representações Sociais de Gestores Escolares
- FORGHIERI, Y.C.. **Psicologia fenomenológica: fundamentos, métodos e pesquisa**. São Paulo: Cengage Learning, 1993.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 2 - o uso dos prazeres**. Rio de Janeiro, Graal, 1984.
- GOMES, Vitor. **A fenomenologia da resiliência: teorias e histórias de vida**. Curitiba: CRV, 2015.
- _____. **Uma colcha de retalhos de sentidos e significações: sobre inclusão, humor e a escola reflexiva**. São Paulo: Clube de Autores, 2011.7
- _____. **Três formas de ser resiliente: (des)velando a resiliência de adolescentes no espaço escolar**. 2004. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade federal do Espírito Santo, programa de Pós-graduação em Educação, Vitória, 2004.
- MENEZES, Eliana da C. P. **A fabricação de subjetividades inclusivas: efeitos da aliança entre a racionalidade política neoliberal e a escola**. Anais do XI Simpósio Internacional IHU — O (des)governo biopolítico da vida humana, São Leopoldo: UNISINOS, 2010.
- MERLEAU- PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- PONTES, Mariana L. da Silva; CABRERA, Jaqueline Caldamone; FERREIRA,

Marcela Casacio; VAISBERG, Tânia Maria José Aiello. **Adoção e exclusão insidiosa: o imaginário de professores sobre a criança adotiva.** Vol. 13. núm. 3. p. 495-502. Universidade Estadual de Maringá. Psicologia em Estudo: 2008.

SCHETTINI, Luiz Filho. **Adoção: origem, segredo e revelação.** Recife: Bagaço, 1999.

VARGAS, Marlizete Maldonado. **Adoção Tardia: da família sonhada à família possível.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.

VELOSO, L. de F. **Como crianças e adolescentes adotivos são vistos pela escola.** 1. ed. Curitiba: Appris, 2015.

WEBER, Lídia Natália Dobrianskyj. **Laços de Ternura: pesquisa e histórias de adoção.** Curitiba: Santa Mônica, 1998.

_____, Lídia Natália Dobrianskyj. **Adote com carinho: um manual sobre aspectos essenciais da adoção.** Curitiba: Juruá, 2011.

_____, Lídia Natália Dobrianskyj. **Alunos e professores: Adversários ou aliados?** Jornal do Conselho Regional de Psicologia da 8ª Região, Paraná: junho, 1986.